



OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2017



Indígenas Tapayuna no Festival Juruena Vivo. Foto: Giovanni Vera/OPAN



A person is seen from behind, crouching in a shallow river. They are holding a white plastic tub and appear to be washing clothes. The water is clear and blue, and the background shows a dense line of green trees under a bright sky.

CARTA DO PRESIDENTE 04

PROGRAMA AMAZONAS 06

PROGRAMA MATO GROSSO 22

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA
INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE 38

FORTALECENDO ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS 52

TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL 54

EQUIPE 59

EXPEDIENTE 60



Lavadeiras no rio Juruena. Foto: Andreia Fanzeres/OPAN

Carta do presidente

É com satisfação que apresentamos o Relatório Institucional da Operação Amazônia Nativa referente às atividades desenvolvidas pela OPAN junto aos povos indígenas, nossos parceiros, ao longo do ano de 2017.

A luta contínua em defesa dos direitos dos povos indígenas, pela ampliação de sua autonomia e a luta conjunta com estes povos para a criação de um mundo mais justo, pluricultural, mais saudável do ponto de vista ambiental e social, tem sido o horizonte de atuação de nossa entidade, a primeira organização do indigenismo alternativo no Brasil, que completará 50 anos de existência em 2019.

Ao longo das décadas, o que se iniciou como uma luta pelo direito à terra e à cultura própria frutificou, a partir destas raízes, na construção comum de alternativas ao modelo de vida “ocidental” que se mundializou, em especial ao modelo predatório que tem degradado crescentemente a região amazônica e o Cerrado e a qualidade de vida dos povos que ali habitam. Isso não significa um movimento de retorno ao passado de suas formas de vida e trabalho, mas sim à criação de formas contemporâneas de vida individual e social com base nos valores e formas de articulação comunitária, de inspiração pluricultural, que propiciam ao mesmo tempo a continuidade de suas culturas (que, como todas, se transformam mantendo suas raízes) e respondam aos desafios do mundo atual.

Como veremos no relatório que se segue, os povos indígenas têm apontado possibilidades novas a partir de suas formas de vida, dos acordos coletivos para gestão territorial e ambiental cuja implementação vem sendo apoiada pela OPAN no Programa Amazonas e no Programa Mato Grosso, fortalecendo transformação significativa nos modos de ocupação e uso dos territórios e seus recursos naturais e apontando possibilidades novas ao modelo predatório ainda vigente.

Porém, o contexto político atual continua marcado pelos ataques aos direitos indígenas e ambientais, duramente conquistados desde a Constituição de 1988. Nesse campo, o Programa de Direitos Indígenas da OPAN, que completou cinco anos de existência, vem atuando na produção de conhecimento especializado, na área da comunicação, no acompanhamento e participação ativa em vários fóruns em Mato Grosso (Consema, Formad, Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico e outros). Tem também apoiado iniciativas do Ministério Público Federal em Mato Grosso e Brasília, fazendo o acompanhamento de processos administrativos e jurídicos envolvendo direitos indígenas nas áreas de atuação da OPAN, bem como moni-

torado projetos que ameaçam os povos indígenas.

Temos também atuação direta em duas redes regionais: a Rede Juruena Vivo, com o objetivo de incentivar a participação dos diversos atores sociais da sub-bacia do Juruena nas políticas de desenvolvimento regionais, e a Articulação Xingu Araguaia (AXA), com ações voltadas à defesa da sociobiodiversidade e da soberania alimentar na região do interflúvio Xingu-Araguaia.

Por fim, em 2017 ampliamos nossa participação no fortalecimento das organizações indígenas, com ênfase às organizações de mulheres indígenas, tanto em oficinas de capacitação em gestão como na participação em cadeias de valor. Destacamos os processos de implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental com ações integradas entre populações regionais e indígenas no Amazonas, nas cadeias de valor manejadas da castanha, pirarucu e óleos vegetais.

Entramos em 2018 com força e persistência nessa via construída em conjunto com muitas organizações indígenas e não indígenas, no enfrentamento dos desafios de hoje e na construção do futuro sonhado.

Boa leitura!

Rinaldo Arruda

Programa AMAZONAS

OPAN

Relatório institucional 2017



Maruzava Kuniva Deni. Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Os povos indígenas apontam para a sociedade ocidental exemplos revolucionários a partir de suas formas de vida, intrinsecamente vinculadas à natureza. No contexto de perda de direitos e de toda a forma de expropriação, prestar atenção nisso pode ser importante para a construção de outro modelo econômico e político.

Com a terra garantida, diversas populações tradicionais mostram que é possível usufruir de boa alimentação, lazer, ar puro, saúde, cultura e que não é preciso muito mais do que isso.

No Amazonas, diversos povos indígenas e populações tradicionais têm se firmado em sua maneira de viver. Pela sua organização coletiva e os modelos de gestão territorial, estão fortalecidos. Em parcerias locais, conquistam transformação significativa em grandes territórios. Comunidades e aldeias de diversas regiões vêm trabalhando com produtos florestais não madeireiros, pesca manejada e roçados tradicionais.

Parte do que é produzido hoje se volta para a geração de renda, mas é feito dentro da perspectiva de conservação da natureza por uma compreensão de que assim é possível a

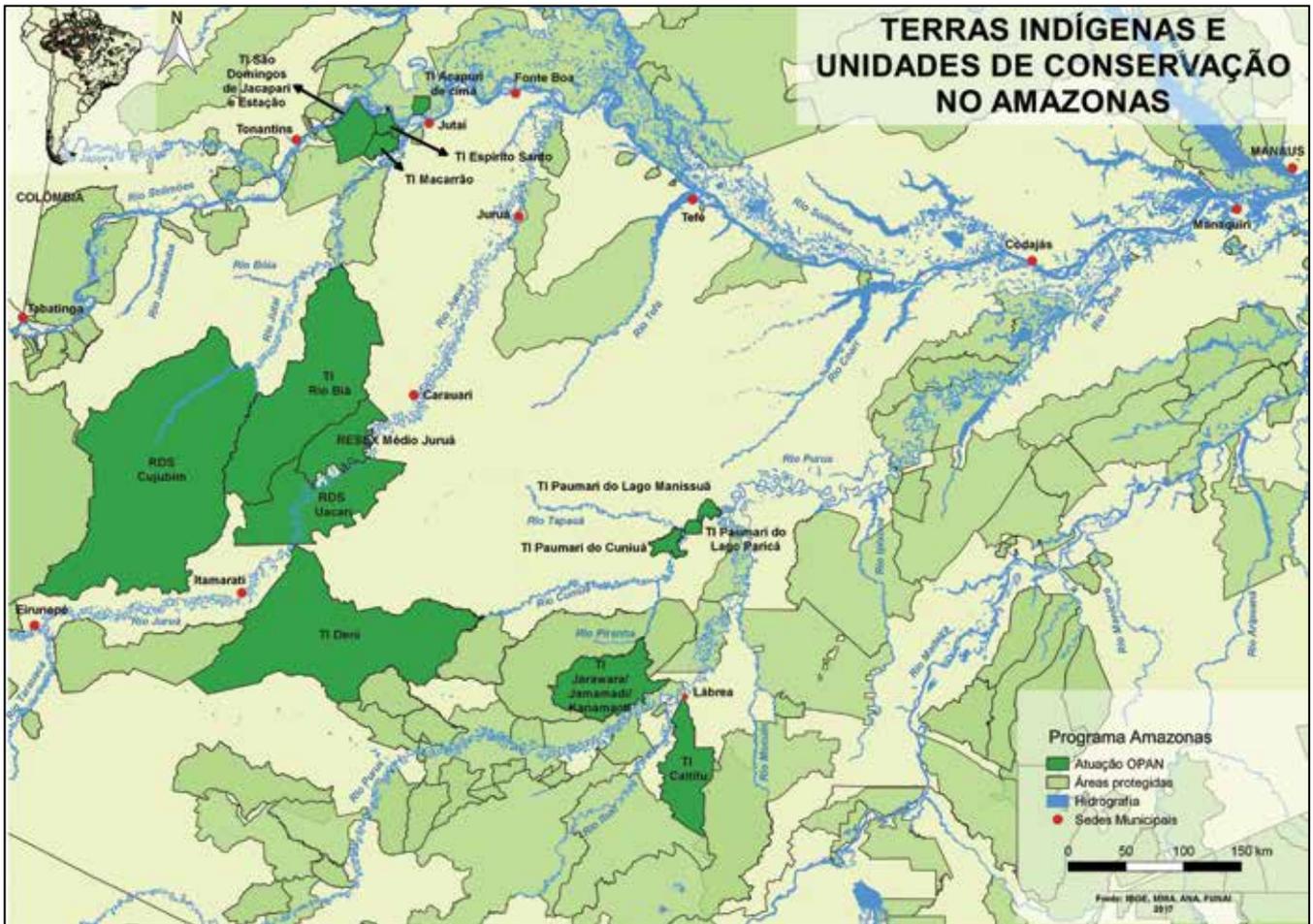


TI Caititu, do povo Apurinã. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

vida para outras gerações. Trata-se de uma escolha econômica, baseada nas possibilidades e no custo-benefício que isso representa. Por essa forma de gestão no território, evitam outras atividades predatórias, como o garimpo, a exploração de gás e óleo, de madeira e a implantação do agronegócio, que avança sobre o sul do Amazonas.

Este estado tem 97,5% de sua área conservada. Disso, cerca de metade está

dentro de terras indígenas e unidades de conservação. Onde atuamos, nas bacias do Médio rio Purus, Médio rio Juruá e Médio Solimões, nas porções sul e sudoeste do Amazonas, praticamente toda a floresta é protegida: 99,6%. O resultado disso é, mais do que a garantia de existência da floresta tropical com maior biodiversidade do mundo, a possibilidade de ter relações menos exploratórias e com alta qualidade de vida.



Mapa de abrangência do Programa Amazonas.

Aldeia São Francisco
da TI Jarawara/
Jamamadi/
Kanamanti.
Foto: Adriano
Gambarini/OPAN





Festa da aldeia Bacuri, do povo Katukina. Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Projeto renovado

No final de 2017 foi aprovada a segunda fase do projeto Raízes do Purus, com patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental. Além de atuar com os Paumari, Jamamadi e Apurinã, já contemplados na primeira etapa (2013-2015), o povo Deni do rio Xeruã passou a também participar deste projeto.

Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

COMO FORMA DE CUIDAR DE SEUS TERRITÓRIOS, os indígenas têm feito acordos coletivos mediante os planos de gestão territorial e ambiental, cuja elaboração e implementação vêm sendo apoiadas pela OPAN, em conformidade com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI). Por exemplo: como fazer a vigilância, quanto e como caçar e pescar, o que querem conquistar em termos de saúde, educação e geração de renda, festas e alimentos tradicionais são alguns dos assuntos abordados nesses documentos, a partir de uma série de reuniões, estudos e mapeamentos.

Por meio do projeto “Arapaima: redes produtivas”, executado com recursos do Fundo Amazônia entre 2015 e 2018, apoiamos na região do rio Jutai a implementação dos planos de gestão do povo Katukina do rio Biá e, no Médio Juruá, dos Deni do rio Xeruã. Atualmente, na região sul do Amazonas, com o projeto Nossa Terra, realizado em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), apoiamos a implementação dos planos de gestão dos Paumari do rio Tapauá, dos Jamamadi e dos Apurinã, da TI Caititu. Trabalhamos também por meio do Nossa Terra com outros povos das bacias do Médio Purus e do rio Madeira no fortalecimento de sete associações indígenas.

Proteção e vigilância territorial: resultados e desafios

A PARTIR DE DIFERENTES ESTRATÉGIAS, povos indígenas e populações tradicionais realizam a vigilância territorial para proteger seus territórios. Os Katukina da TI Rio Biá, afluente do rio Jutaí, fazem isso de forma articulada com outras atividades, como a coleta de sementes, a manutenção e colheitas nos roçados espalhados pela terra indígena, por onde circulam andando longas distâncias.

Por meio do projeto Arapaima, que será concluído em meados de 2018, apoiamos as ações de vigilância dos Katukina. Em 2017 eles fizeram expedições para locais distantes, promovendo troca de saberes entre os mais jovens e os mais velhos, garantindo que, até o momento, a área de 1.180.000 ha esteja integralmente sob o controle dos Katukina.

Ainda na região do Médio rio Solimões, os moradores das TIs Acapuri de Cima, São Domingos de Jacapari e Estação, TI Macarrão e TI Espírito Santo, com quem trabalhamos, estão organizados e aprimoraram a forma de gestão territorial, sendo que na TI Macarrão realizam a proteção especialmente de ambientes aquáticos, visando sua soberania alimentar e o manejo de alguns lagos.

Na bacia do Médio rio Juruá (Itamarati – AM), o povo Deni do rio Xeruã realiza a vigilância territorial por meio de rondas e vigias na boca do rio, principal acesso fluvial à terra indígena. Um dos aspectos marcantes na vigilância do povo Deni é a articulação com os vizinhos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e da Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá através de suas associações e com moradores de outras comunidades da região. Todas elas se reúnem em um fórum dedicado



a pensar a questão dos manejos sustentáveis: o Território Médio Juruá.

Além dos moradores das unidades de conservação, os Deni estão se aliando a comunidades do entorno como a do sr. Chical. São áreas que ainda não estão legalmente protegidas, por isso mais suscetíveis a invasões e a degradação ambiental. Compreendendo que o reco-

nhecimento dessa área como unidade de conservação de uso sustentável representa mais garantias de proteção territorial para o Médio Juruá, os Deni endossam os pleitos dessas comunidades junto aos órgãos competentes, a fim de que os moradores consigam, como eles, trabalhar com produtos da sociobiodiversidade e conservar a natureza.



Proteção territorial do povo Deni do rio Xeruã.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

O povo Paumari do rio Tapauá, na região do Médio Purus, faz da vigilância uma atividade específica. Nesta comunidade o envolvimento de mulheres é crescente e exemplar. A proteção do território paumari é voltada principalmente à manutenção das espécies pesqueiras (o pirarucu e outras) que, no passado, quase foram extintas pela pesca predatória promovida por barcos vindos de Manaus e Belém, e invasões. Referência como exímios manejadores de peixes, os Paumari têm contribuído com outros povos para pensar modelos de vigilância territorial em toda a região, assim como de executar com sucesso o manejo dos lagos e a pesca do pirarucu.

Para aprimoramento das ações de proteção, com apoio do Programa Amazonas, houve melhoria no monitoramento dos dados levantados com todos os povos. Isso tem sido importante para construir o histórico de uso e conservação dos territórios e para melhorar também as metodologias no desempenho desta atividade.

Na Resex Médio Juruá e na RDS Uacari (Carauari – AM) é preciso destacar, entre as atividades de proteção, o trabalho com quelônios (como tartarugas e tracajás), quando os ribeirinhos monitoram os ninhos e fazem vigia para evitar que os ovos sejam retirados. Em 2017, eles conseguiram devolver 18 mil filhotes de quelônios ao rio com o trabalho apoiado pela Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru).



*Pesca manejada
de pirarucu do
povo Deni.*

Foto: Dafne
Spolti/OPAN

Segurança e soberania alimentar: arranjos produtivos

EM 2017 OS DENI DO RIO XERUÃ realizaram a primeira pesca de pirarucu manejado. Eles tiraram 50 peixes com um sucesso que superou as expectativas. A atividade contou com apoio e incentivo dos Paumari do rio Tapauá, que, como no ano anterior, acompanharam a pesca experimental dos Deni. Além da presença dos Paumari, a pesca foi articulada com os comunitários da RDS Uacari e Resex Médio Juruá. Eles comercializaram 46 pirarucus para a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), que adquire o pescado das comunidades que representam. Os outros quatro exemplares foram vendidos na feira do município de Itamarati e chamaram muita atenção dos moradores urbanos.



Nesse período, os Deni também elaboraram os planos de manejo da andiroba e do murumuru. Os Paumari das terras indígenas do Lago Manissuã, Lago Paricá e Cuniuá, fizeram sua pesca com apoio do projeto Nossa Terra e da Funai. Foram 300 pescados, um grande evento que reuniu povos indígenas e moradores de diferentes regiões. Uma liderança Deni e uma Kanamari da TI Deni do rio Xeruã puderam aprender com a experiência de uma década de trabalho com o manejo dos Paumari e observar as melhorias sociais e econômicas trazidas por esta prática.

Na ocasião da pesca dos Paumari, também participaram pescadores da colônia de pesca de Feijó, indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã, do Acre, e moradores da foz do rio Tapauá, no sul do Amazonas, além de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (Focimp) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão responsável pelo licenciamento da atividade.



Bené Kaxinauá, Aldemir Kaxinawá e Jonabson Moura, da Funai, na pesca Paumari. Foto: Gilson Kaxinawá

Manejos de pirarucu

Os manejos de pirarucu inclui a realização de uma sequência de atividades voltadas à conservação da espécie e do ecossistema dos lagos e rios da bacia amazônica: a contagem dos peixes, o zoneamento de lagos e a vigilância territorial, a pesca, o pré-beneficiamento e o escoamento com controle transporte da produção legal. A única forma de pescar pirarucu legalmente é seguindo as diretrizes do manejo, já que a simples captura do peixe é proibida em todo o Amazonas.

Com a parceria entre o Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju) e a Associação dos Comunitários Que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai (ACJ), houve este ano a pesca manejada de mais de cinco mil peixes na região do rio Solimões, envolvendo 359 famílias. Na RDS Cujubim foi realizada uma pesca com apoio da OPAN por meio do projeto Arapaima e da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), e, ainda, com o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc), do Amazonas. Os peixes foram vendidos para comerciantes locais e em uma feira na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Este ano, a RDS deu passos importantes também com apoio dessas organizações. Com a realização de oficinas de artesanato as comunidades locais estão aprimorando a atividade, que pretendem articular ao manejo e a produtos como o roçado e a pesca de outras espécies.

Associações fortalecidas

NO AMAZONAS, A OPAN TEM APOIADO INDÍGENAS E RIBEIRINHOS A CONSOLIDAREM UMA GESTÃO EFICIENTE DE SUAS ASSOCIAÇÕES. A formalização das organizações é quase sempre um processo difícil, cheio de burocracias, exigências e processos complexos. Por meio do projeto Arapaima,

destacamos o apoio à Associação do Povo Deni do rio Xeruã (Aspodex). É ela que gere o recurso adquirido com o manejo de pirarucu e outras atividades para a realização de projetos coletivos voltados ao benefício de todas as aldeias. Ainda, com apoio do projeto, foi regularizada a Associação dos Extrativistas da RDS Cujubim (AERDSC) que concluiu 2017 com expectativas de melhoria relacionadas também à formação de uma gestão mista com antigos e novos membros da sua diretoria.

Com o projeto Nossa Terra, foi possível contribuir para o fortalecimento da Focimp, dos Apurinã e Jamamadi (Opiaj) e os da Boca do Acre, (Opiajbam), dos Jiahui (Apij), dos Parintitin do Amazonas (Opipam), dos Tenharim do Igarapé Preto (APITPRE) e dos Tenharim do Marmelos (Apitem). Elas são apoiadas na execução de seus projetos, visando ajudar as comunidades a implementar atividades dentro da PNGATI, através de fundo de pequenos projetos.

Na modalidade de apoio de projetos comunitários, foram abertos editais aos indígenas do rio Purus e do rio Madeira. Entre as atividades estão a implementação de hortas diversificadas de medicina tradicional, produção de castanha, extrativismo e beneficiamento do açaí, construção de casas de farinha comunitárias, desenvolvimento de unidades de sistemas agrícolas florestais (SAFs) para recuperação de antigas capoeiras, além de ações de proteção territorial e etnoambiental.

Diagnósticos para maiores alcances dos produtos da sociobiodiversidade

Com apoio da Usaid e do Serviço Florestal Americano e parceria da Funai, Instituto de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio) e diversas organizações e associações, a OPAN está executando ainda outro projeto voltado ao fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade. O trabalho consiste na elaboração de diagnósticos da produção de castanha e do manejo de pirarucu no estado do Amazonas a partir dos quais haverá maiores condições para a criação e implementação de políticas públicas voltadas para as cadeias de produção.



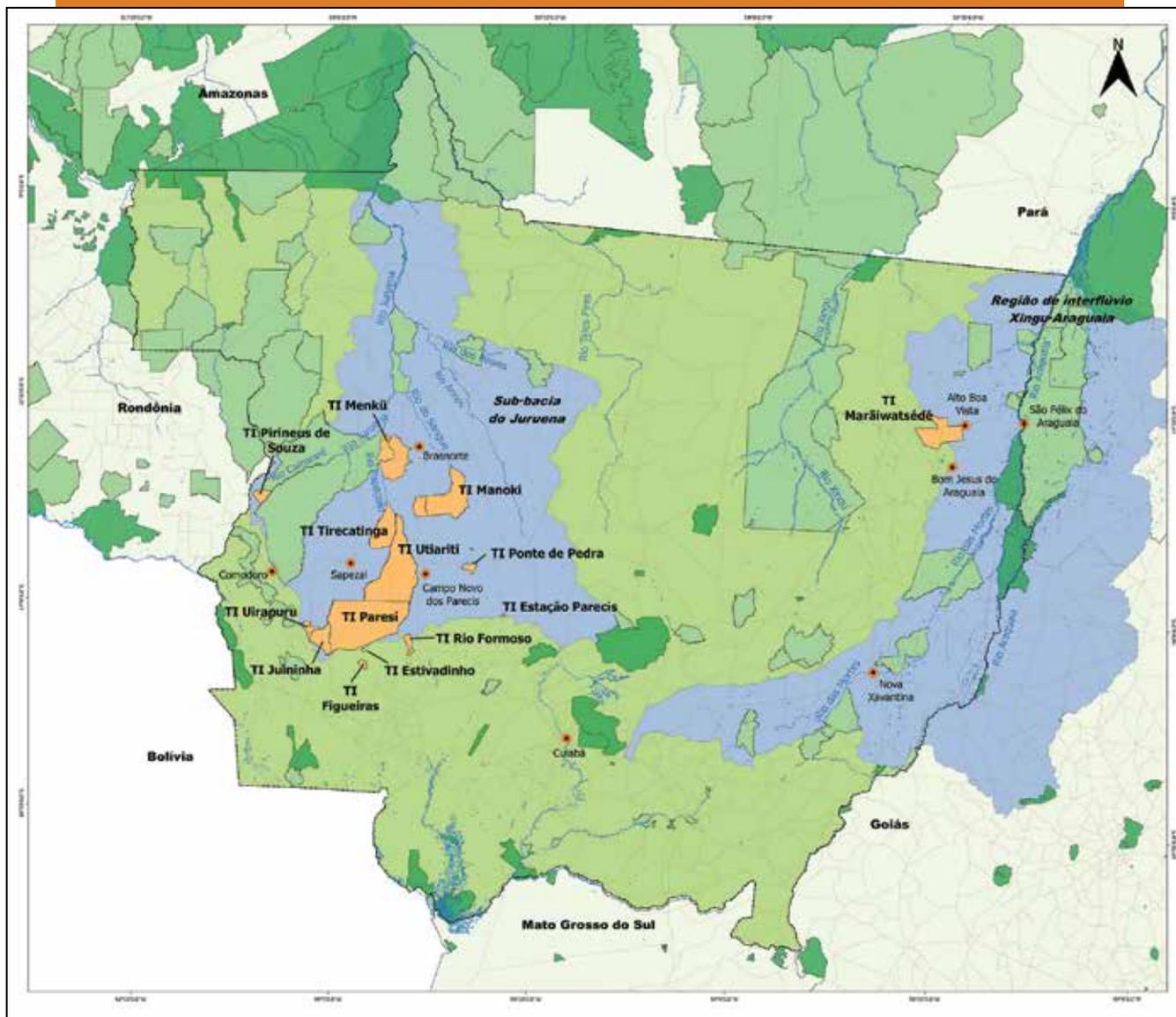
Rio Jutaí. Foto: Adriano Gambarini/OPAN



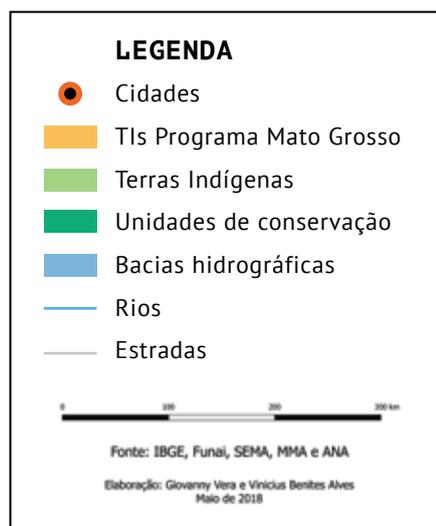
Programa MATO GROSSO

OPAN

Relatório institucional 2017



Mapa de atuação do Programa Mato Grosso.



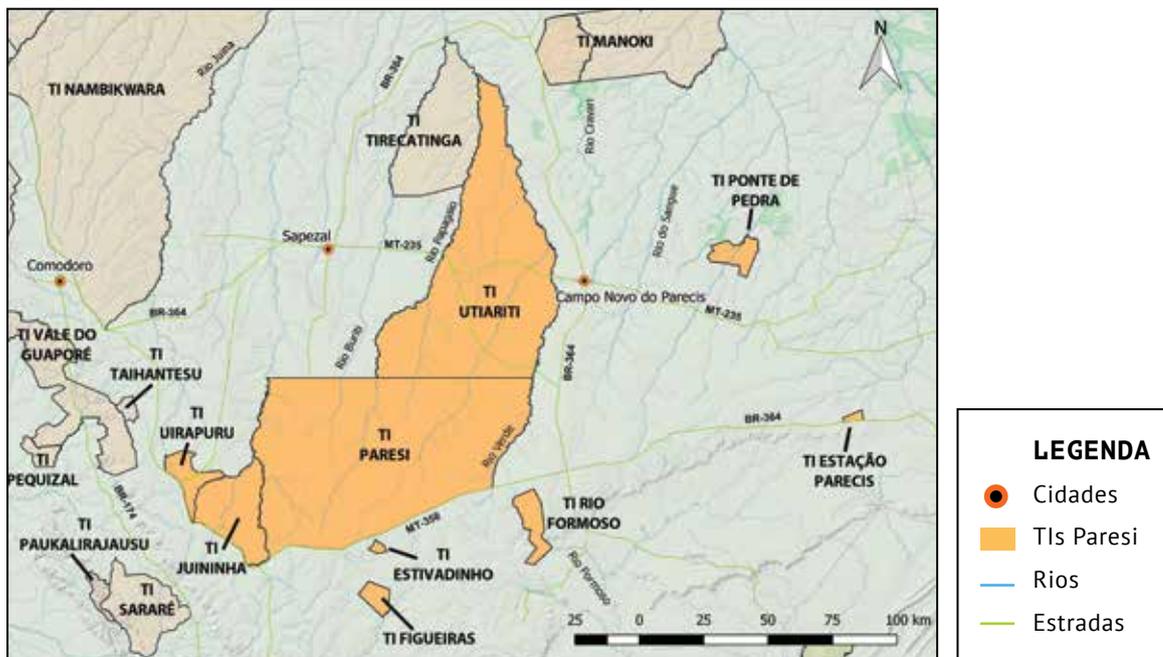
Tal como no Amazonas, o Programa Mato Grosso atua junto aos povos Manoki, Myky, Nambikwara (TI Pirineus de Souza e Tirecatinga), Paresi e Xavante da TI Marãiwatsédé, em ações ligadas à PNGATI. Esta parceria tem possibilitado a proteção de modelos de gestão indígena promovendo ações de transformação local e regional com apoio financeiro do Fundo Amazônia, Manos Unidas e The Nature Conservancy (TNC). Para isso, desenvolvemos uma estratégia baseada em três objetivos: melhorar a capacidade de controle e gerenciamento efetivo das terras indígenas através da implementação de sistemas de vigilância e monitoramento territorial; fortalecer a identidade coletiva dos povos e à participação dos jovens indígenas nos processos de gestão territorial e ambiental; e implementar iniciativas de manejo e produção sustentável de produtos agroflorestais, fortalecendo redes de produção e comercialização de base comunitária. No Programa Mato Grosso temos atuação direta em duas redes: a Rede Juruena Vivo, com o objetivo de incentivar a participação dos diversos atores sociais da sub-bacia do rio Juruena nas políticas de desenvolvimento regionais, e a Articulação Xingu Araguaia (AXA), com ações voltadas à defesa da sociobiodiversidade e da soberania alimentar na região do interflúvio Xingu-Araguaia.

Alguns resultados tiveram destaque este ano, como o aumento da visibilidade indígena (regional e nacional), a qualificação do discurso e a maior participação das mulheres indígenas em fóruns e debates, a elaboração de um plano de negócio da produção de banana na TI Pirineus de Souza, a validação do etnomapeamento Haliti-Paresi, maior infraestrutura nas aldeias com a aquisição de veículos e equipamentos para o monitoramento e vigilância nas terras Pirineus de Souza e Marãiwatsédé, entre outros.

A renovação do projeto Berço das Águas patrocinado pela Petrobras, representa um dos esforços para manter o apoio à Rede Juruena Vivo e à facilitação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Rikbatksa, além de garantir a implementação de ações de proteção territorial e apoio a articulação indígena local. Outro projeto aprovado com financiamento de Manos Unidas irá apoiar as ações da AXA no fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, incidência política local e comunicação.

QUADRO DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA MATO GROSSO

TERRAS INDÍGENAS	ÁREA (HA)	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO INDÍGENA	PGTA ELABORADO
TI Manoki	251.000	Brasnorte	460	SIM
TI Menku	47.094		128	SIM
TI Pirineus de Souza	28.212	Comodoro	311	SIM
TI Marãiwatsédé	165.241	São Felix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista (3)	960	SIM
TI Tirecatinga	130.575	Sapezal	200	SIM
TIs Paresi (9)	1.120.000	Sapezal, Campo Novo do Pareci e Tangará da Serra (3)	2.400	Em elaboração (2ª fase)
TI Erikpatsa	79.934,80	Brasnorte	1.088	Novo projeto
TI Escondido	168.938,47	Cotriguaçu	30	
TI Japuira	152.509,88	Juara	398	
17	2.143.505,15	10	5.975	05



As nove terras indígenas do povo Paresi: Estação Parecis, Estivadinho, Figueiras, Juininha, Paresi, Ponte de Pedra, Rio Formoso, Uirapuru e Utiariti.

Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Haliti - Paresi

O POVO PARESI VEM TRABALHANDO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL (PGTA) HALITI/PARESI, DESDE DE JULHO DE 2016, liderado pelas associações indígenas Waymarê e Halitinã, responsáveis pela mobilização local e organização, com o apoio da OPAN, da Funai e da TNC. Este plano envolve nove terras indígenas, com um território de aproximadamente 1,1 milhões de hectares, 61 aldeias e cerca de 2.300 habitantes. As comunidades participaram de reuniões, oficinas e levantamentos de campo para o desenvolvimento deste instrumento de gestão territorial, com potencial de valorização do patrimônio material e imaterial indígena, ampliando condições para a realização de ações de recuperação e uso sustentável dos recursos naturais.

Dentro desse processo, em 2017 foram realizadas reuniões nas aldeias Bacaval (TI Utiariti), Três Lagoas (TI Juininha) e Rio Verde (TI Paresi), além de uma oficina de capacitação das lideranças indígenas na aldeia Rio Verde, onde se discutiram as etapas do projeto e a construção coletiva de um etnomapeamento. Nesta etapa, a equipe facilitadora na elaboração do PGTA, que envolveu lideranças indígenas representantes das associações Haliti e membros da



Indígenas Paresi realizam o etnomapeamento de seu território.

Foto: Giovanny Vera/OPAN

OPAN, indigenistas e consultores estiveram percorrendo o território paresi passando por todas as aldeias. Em cada visita, a equipe utilizou instrumentos como fotografias, gravações de áudio e GPS marcando as coordenadas geográficas para registrar os lugares visitados. Essas informações foram a base para a elaboração dos etnomapas, combinados às histórias contadas pelos anciãos, apresentando o conhecimento tradicional para as novas gerações. O processo também estimulou a reflexão sobre a língua materna Paresi, já que na elaboração dos etnomapas foram usados os nomes tradicionais que muitos indígenas não conheciam. O povo Paresi considera, neste momento, fundamental o registro do conhecimento haliti e de seu modo de vida, que vem sendo oportunizado na construção do plano. O etnomapeamento Haliti-Paresi foi validado pelas comunidades e os próximos passos constituem-se na pactuação dos acordos coletivos para o planejamento de ações e uso do território, visando consolidar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Haliti-Paresi.

IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS: MANOKI, MYKY, PIRINEUS DE SOUZA E MARÃIWATSÉDÉ

Proteção e vigilância territorial: resultados e desafios

ISOLADA GEOGRAFICAMENTE DE QUALQUER OUTRA ÁREA PROTEGIDA, a TI Manoki é uma das mais ameaçadas do estado de Mato Grosso. Vizinha de empreendimentos hidrelétricos e agropecuários, o território do povo Manoki tende a sofrer cada vez mais impactos ambientais, seja pelo uso indiscriminado de insumos agrícolas, construção de linhas de transmissão e a exploração madeireira clandestina, atividades típicas do modelo de desenvolvimento promovido na região. Conscientes dos impactos ambientais que observam há décadas sobre seu território, os Manoki vêm se dedicando à realização de atividades de monitoramento territorial, buscando garantir a sobrevivência da fauna e da flora, recursos essenciais para

a manutenção de seu modo de vida e de suas tradições culturais. Assim, além de reduzir o avanço do desmatamento e de atividades ilícitas na terra indígena, eles protegem os barreiros e as áreas de mata, permitindo a reprodução de espécies que compõem a dinâmica dos ecossistemas locais.

Resistindo na luta pelo seu território ancestral há muitos anos, completando uma década desde a publicação da Portaria 1.429 do Ministério da Justiça que declara a posse permanente da TI Manoki, o povo segue ainda sem a segurança jurídica que deve ser garantida através de decreto homologatório. A experiência Manoki revela dois aspectos que são fundamentais e interdependentes nesta trajetória: a proteção do meio ambiente que habitam e a proteção dos direitos que os amparam.

Tendo isso em vista, professores e jovens Manoki têm participado de atividades de formação em direitos indígenas, técnicas de vigilância e monitoramento territorial, produzindo boletins informativos para dar visibilidade às ações de vigilância, e fazendo registro audiovisual das transformações ocorridas em seu território. Também está sendo desenhada uma rede de radiofonia em ondas curtas para a implantação do monitoramento e da comunicação em tempo real entre



Participantes de oficina de formação de jovens na TI Manoki. Foto: Arquivo OPAN

as aldeias, e serão realizadas oficinas de mapeamento para que os Manoki possam de forma autônoma produzir e sistematizar informações importantes, exercendo assim um bom controle territorial.

Os jovens indígenas das TIs Menku e Pirineus de Souza também têm se envolvido nas ações de monitoramento territorial, acompanhando seus anciãos e lideranças em expedições de vigilância. Juntos, fazem o reconhecimento de seu território tradicional, a manutenção das divisas e a sinalização de área protegida que ajuda a evitar invasões por grupos não indígenas que pressionam as comu-

nidades pelos recursos naturais que hoje só são encontrados nas terras indígenas. Nos dois casos também existem áreas de uso ancestral que não foram contempladas nas demarcações, dificultando o acesso a áreas com recursos específicos, como castanhais, taquarais e cavernas sagradas. Muitas dessas áreas encontram-se hoje em propriedades particulares, sendo ameaçadas por atividades de pecuária, queimadas e desmatamento.

Cada vez mais empoderados com relação a seus direitos territoriais, os indígenas buscam informações e experiências vindas de outras regiões na



Durante uma expedição nos limites da terra indígena, os Myky fazem a manutenção de placas informativas. Foto: Povo Myky

proteção territorial. Aprimoram seus conhecimentos para interpretação de imagens de satélite, operam equipamentos de GPS e máquinas fotográficas, além de elaborarem documentos que comprovem suas atividades de vigilância. Aliando os conhecimentos tradicionais de manejo das florestas com o uso objetivo de novas tecnologias, a juventude indígena tem avançado no controle de seus territórios, sendo capazes de identificar e registrar impactos com maior segurança, além de pensar diferentes soluções para os problemas encontrados.

Os Xavante de Marãiwatsédé estão num processo de reconstrução de sua economia e territorialidade, adaptando-se às condições ambientais e político-econômicas locais. Algumas ações estão sendo implementadas seguindo as diretrizes do seu plano de gestão, publicado em 2016, incluindo a segurança para o estabelecimento de novas aldeias, somando às ações de vigilância e proteção territorial que minimizem as chances de ocorrerem novas invasões ou maior degradação ambiental, principalmente pela prática do fogo criminoso. Este ano foram realizadas dez expedi-



Mapeamento do entorno da aldeia Etewawê na TI Marãiwatsédé. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

ções com o registro de invasões de gado, incêndios criminosos e o despejo de carcaças bovinas no interior do território. Essas expedições foram motivadas não só pela denúncia de possíveis invasões ou registro ilícitos, mas principalmente pela viabilidade de suas práticas tradicionais de caça e coleta. Uma proposta de ações mais estruturadas de vigilância territorial na TI Marãiwatsédé está sendo desenhada, no sentido de aliar práticas tradicionais, grupos de vigilantes e novas tecnologias, como a radiofonia em ondas curtas e a sistematização com registros e análises de dados que possam ser também publicados. O grande desafio para a conservação ambiental das poucas áreas que restam de Cerrado e floresta é o alto índice de incêndios que ocorrem todos os anos, seja criminoso, acidental ou até mesmo usado para o manejo de pastagem, roças e caça.

Segurança e soberania alimentar: arranjos produtivos

NA TERRA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA, o cultivo da banana é atualmente o principal produto das roças com potencial para geração de renda familiar. Além dele, observamos também o fortalecimento cultural, através da organização do trabalho coletivo (mutirões), o envolvimento da escola indígena, com o plantio de bananais para a merenda, e as relações positivas que eles estabelecem com o entorno. A produção de banana é reconhecida no município de Vilhena pela sua qualidade e por ser cultivada de forma diferenciada, já que em Pirineus de Souza os indígenas não usam adubos químicos nem agrotóxicos. As variedades mais procuradas são a banana-da-terra, consumida frita, a banana-maçã e a banana-nanica. Cada família vende o produto de suas roças e estabelece o preço direto com os compradores em caixas com cerca de 23 quilos. Os preços variam de R\$ 30 a R\$ 50, de acordo com a temporada.

Porém, existe a necessidade de melhorar a produtividade e estruturação de uma cadeia de produção nas aldeias com viabilidade de mercado, agregação de valor e preço justo. Para isso, realizamos um Plano de negócio que consistiu no mapeamento da produção existente e o seu potencial de oferta, bem como informações de



A banana é usada para os rituais, alimentação e também para a geração de renda na TI Pirineus de Souza.

Foto: Giovanni Vera/OPAN

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

TERRA INDÍGENA	ATIVIDADES	RESULTADOS
Terra Indígena Marãiwatsédé	Implementação de quintais em 04 aldeias	600 mudas de frutíferas
	Implementação de roças em 04 aldeias	490 kg de sementes (milho, abóbora, melancia e café) Aprox. 22 hectares de roças
Terra Indígena Menkü	Implementação de roças e quintais na aldeia Japuira	7,7 hectares de roças Yetá 575 mudas de frutíferas
Terra Indígena Manoki	Implementação de roças e quintais em 07 aldeias	10 hectares de roças 1.025 mudas de frutíferas
Terra Indígena Pirineus de Souza	Plantio de mudas de banana em 06 aldeias	10.092 mudas
	Implementação de roças	28 hectares
	Plantio de mudas frutíferas	1.155 mudas de frutíferas



Coletoras Xavante mapeando seu território. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

mercado através de um levantamento da viabilidade de consumo e venda nas regiões próximas à terra indígena. Esse estudo apontou um diagnóstico atual das roças de banana, totalizando 31 áreas, ocupando cerca de 20,10 hectares, com uma população estimada de mil bananeiras por hectare, uma vez que o espaçamento é variável. A produtividade, no entanto, é baixa e muito aquém do seu potencial.

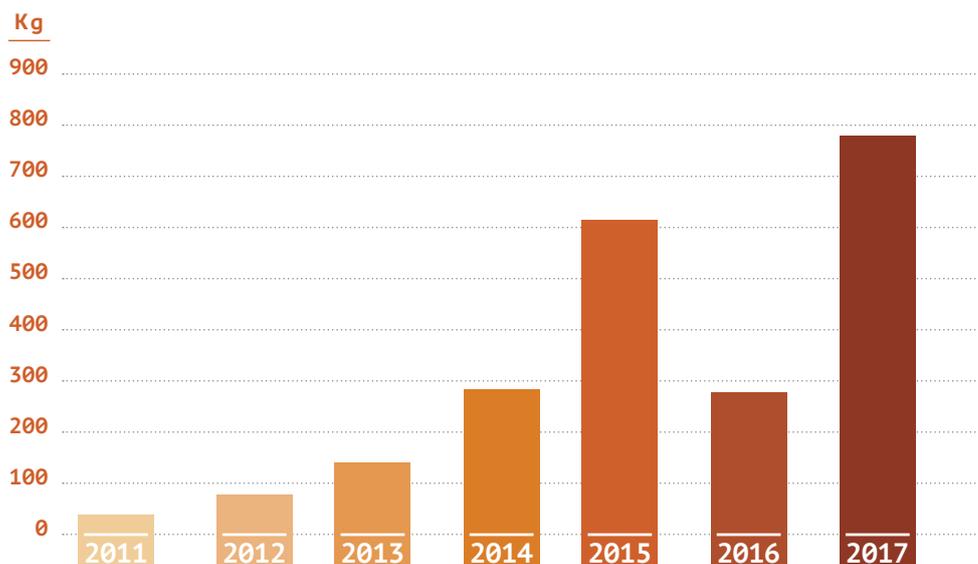
Também constam simulações e modelos de viabilidade econômica de forma a comparar os indicadores finan-

ceiros no sistema atual versus sistemas de produção alternativos de monocultura, sistemas agroflorestais e com o uso de irrigação. Acreditamos que o aumento de produtividade em Pirineus de Souza trará benefícios socioeconômicos para as aldeias através da renda e principalmente da sustentabilidade econômica de longo prazo para a atividade, possibilitando a perpetuação dos cultivos sem a derrubada de novas áreas, ou seja, o aumento da produtividade precisa estar aliado à integridade e à conservação da matriz ambiental.



Na Terra Indígena Marãiwatsédé a organização das mulheres coletoras se fortalece a cada ano no trabalho com as sementes, gerando renda para as famílias e, sobretudo, no reconhecimento por parte das lideranças. O grupo *Pi'õ Romnha ubumrõi'wa* hoje tem mulheres em quatro aldeias, atuando numa nova dinâmica de expedições em pequenos grupos e no mapeamento das áreas de coleta. Outro aspecto no grupo que vem sendo observado é a participação de jovens e de novas interlocutoras no diálogo e atividades junto à Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), além da entrega das sementes de acordo com os padrões e o pedido. A rede, que completou dez anos em 2017, tem como seu principal objetivo a troca e encomenda de sementes florestais e outras plantas nativas da região do Xingu, Araguaia e Teles Pires, promovendo os conhecimentos locais sobre uso e recuperação das florestas e Cerrado de Mato Grosso.

SEMENTES ENTREGUES PARA ARSX





Jovem morador no PA Brasil Novo em Querência. Foto: Liebe Lima/OPAN

Mobilizando o Xingu-Araguaia no contexto das mudanças climáticas e pelo desenvolvimento sustentável

Desenvolvemos ações para fortalecer as cadeias produtivas da sociobiodiversidade (sementes, polpas de frutas); incidir politicamente através dos conselhos municipais de meio ambiente para garantir direitos socioambientais e protagonismo dos grupos sociais aliados de outro tipo de desenvolvimento sustentável, levando em consideração a problemática das mudanças climáticas; e mobilizar a sociedade regional em torno da soberania alimentar (Campanha Nós Somos Terra!).

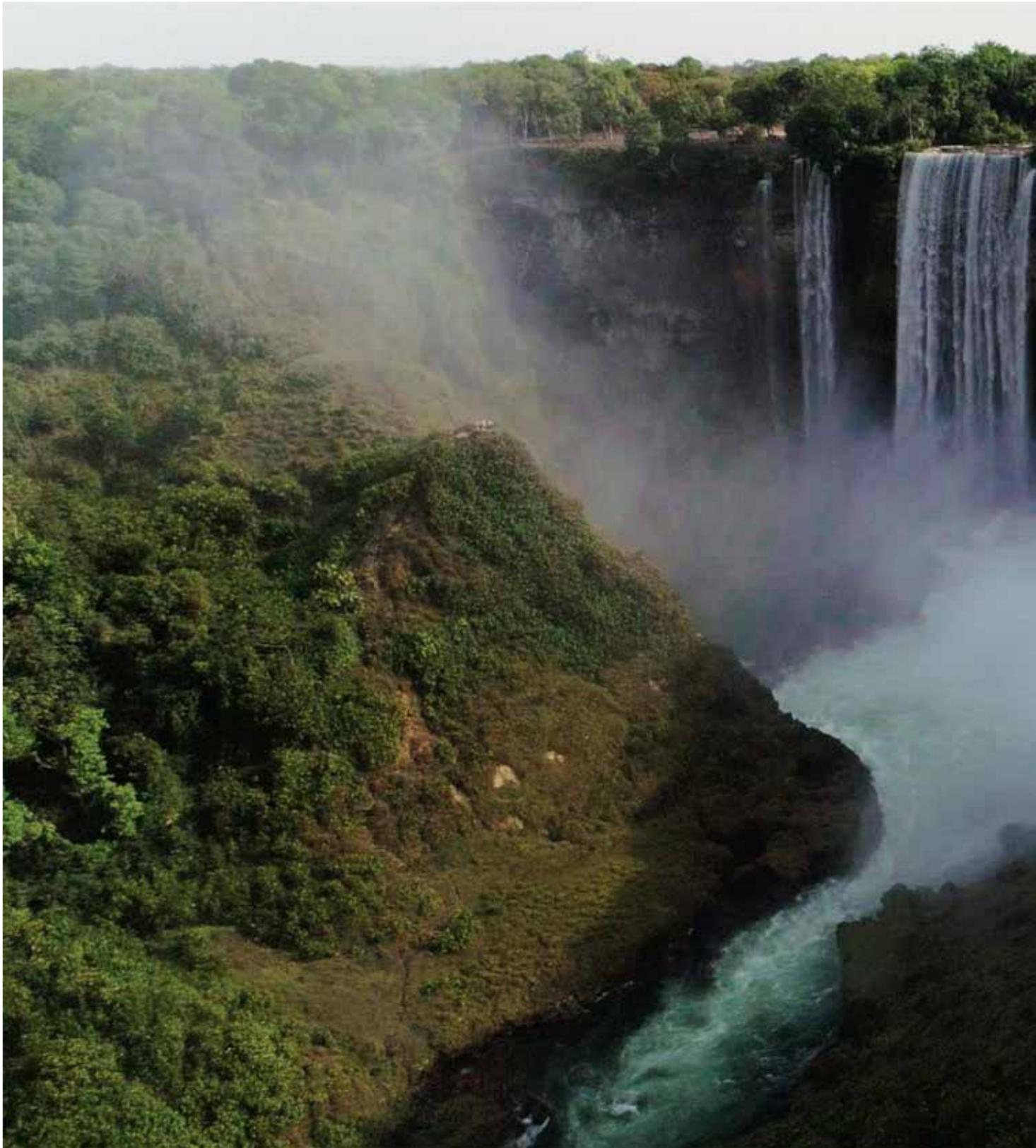
A OPAN vem atuando como elo institucional neste trabalho junto ao grupo de coletoras desde 2011 na perspectiva de transpor as dificuldades linguísticas e culturais para a compreensão do nosso sistema de pesos e medidas. Ações pedagógicas por meio de encontros, intercâmbios e expedições foram fundamentais nesse processo, com a aplicação de uma metodologia integrada e participativa a partir de atividades práticas relacionadas ao funcionamento da rede de sementes, lista potencial e pedido traduzindo e adaptando a lógica xavante e o acesso a novas áreas de coletas. Como regra, 10% das sementes coletadas por ano precisam ser devolvidas para os ambientes naturais. Esta ação é desenvolvida pelas mulheres por meio do plantio das sementes nos quintais em suas aldeias, porém há a necessidade também de ampliarmos esta ação contribuindo com o restauro de áreas prioritárias dentro do território.

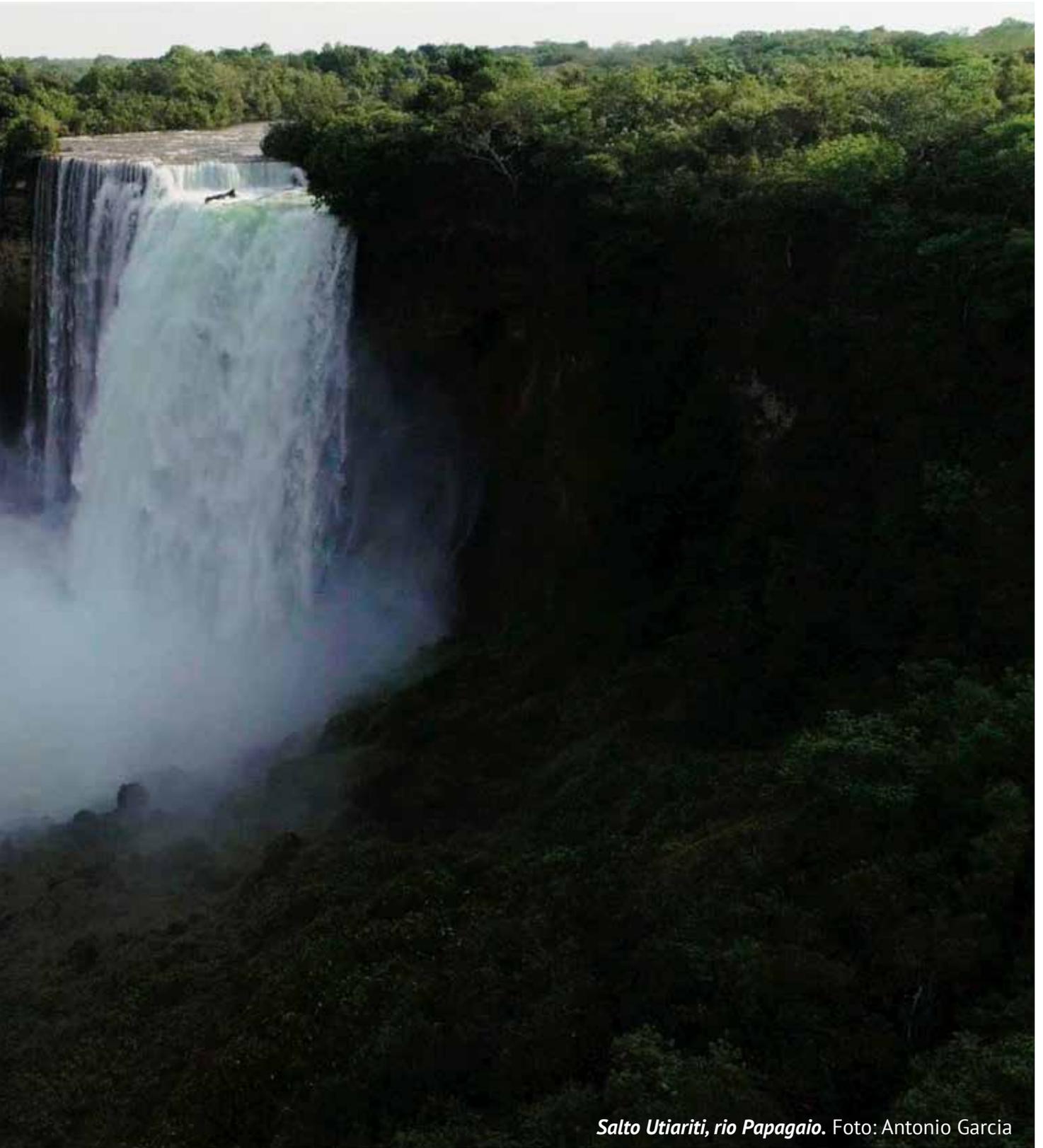


Criança Manoki da aldeia Paredão.
Foto: Giovanni Vera/OPAN

FORMAÇÃO E INTERCÂMBIOS INDÍGENAS

AÇÕES	EVENTOS E TEMÁTICAS	RESULTADOS
Formação indígena	Nº de jovens indígenas formados em gestão territorial e ambiental	400
	Nº de indígenas que participaram de eventos sobre mudanças climáticas	36
	Nº de mulheres que participaram em fóruns e formações	40
	Nº de mulheres Xavante que participaram do grupo de coletoras de sementes	90
Promoção de intercâmbio	Nº de intercâmbios realizados	04
	Jovens Manoki, Myky e Nambikwara que participaram do Acampamento Terra Livre (ATL) /Abril Indígena/Brasília (DF)	10
	Participação no Encontro Nacional de Mulheres – “Poesia, memória e resistência: olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos na vida das mulheres”, Imperatriz (MA)	3
	Jovens Manoki, Myky e Nambikwara que participaram da Assembleia da Fepoimt – Terra Indígena Paresi, Aldeia Rio Verde	20
Apoio a rituais	Nº de rituais/festas tradicionais apoiadas (Manoki, Myky e Nambikwara)	11





Salto Utariti, rio Papagaio. Foto: Antonio Garcia

Programa de
DIREITOS
INDÍGENAS,
POLÍTICA
INDIGENISTA
E INFORMAÇÃO
À SOCIEDADE

Com o objetivo de fortalecer os direitos indígenas e influenciar positivamente políticas públicas que afetam povos e territórios, a OPAN esteve voltada ao apoio a processos formativos, iniciativas de mobilização social, monitoramento da situação fundiária de terras indígenas, encaminhamento de demandas, incidência política e jurídica. Graças à confiança de parceiros estratégicos no trabalho desempenhado pela OPAN há quase 50 anos, alcançamos com Misereor, Fastenopfer, Climate and Land Use Alliance (CLUA), Instituto Clima e Sociedade (iCS) e outros apoiadores resultados animadores, apesar do agravamento do contexto político brasileiro no que tange à garantia de direitos aos povos indígenas e populações tradicionais. Isso torna, aliás, este trabalho ainda mais relevante.

Em 2017, o Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade da OPAN completou cinco anos de existência atuando nas áreas de produção do conhecimento, incidência política, formação e comunicação. Com uma equipe de indigenistas mais ampla e apoio de uma advogada, fortalecemos nosso time multidisciplinar para dar mais qualidade às ações pela defesa dos direitos dos povos indígenas.



Foto: Arquivo OPAN

Em 2017, a OPAN e parceiros realizaram uma oficina sobre planejamento do setor elétrico com cerca de 40 representantes de organizações da sociedade civil, entre membros da Rede Juruena Vivo, do Fórum Teles Pires e da Rede Pantanal para aprender e discutir tecnicamente o processo de negociação, instalação e licenciamento ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). A parceria é fruto das articulações junto ao GT-Infraestrutura, um coletivo de organizações que monitora, analisa e discute a situação do planejamento da infraestrutura no país, incidindo politicamente em favor de uma matriz limpa, ética e justa. Oficinas como esta ocorreram também nas aldeias com temas variados.

Atualizamos nosso banco de dados sobre o monitoramento de processos administrativos e jurídicos de empreendimentos de infraestrutura na sub-bacia do rio Juruena, berço das águas do Tapajós. Esta área tem figurado no centro das intervenções do Programa de Direitos Indígenas, dado o histórico de atuação da OPAN na região noroeste de Mato Grosso e devido à gravidade do cenário quanto às ameaças aos territórios indígenas, justamente no momento em que os povos têm a oportunidade de se envolverem mais na implementação da PNGATI.

Juruena, onde ficamos nossos pés

ALIANDO UM DETALHADO TRABALHO DE LEVANTAMENTO E CRUZAMENTO DE DADOS PÚBLICOS sobre os empreendimentos hidrelétricos na sub-bacia do Juruena, a OPAN sistematizou e disseminou informações de forma estratégica junto a parceiros, poderes executivo, judiciário e em momentos de formação com movimentos socioambientais, comunidades indígenas e tradicionais. O cenário não é animador. A notícia boa é de que há tempo para intervir. De acordo com nossa análise, o Juruena tem cerca de 125 empreendimentos inventariados, dos quais mais de 60% estão em fase de planejamento, aproximadamente 18% em operação e 5% em construção. O grau de incerteza remete ao fato de que por volta de 10% das usinas levantadas não apresentam informações suficientes para nosso monitoramento. Na verdade, quanto menores, mais difícil é a obtenção de notícias claras sobre elas, uma vez que a legislação é muito mais permissiva nesses casos, como se cada uma delas tivesse implicações insignificantes ao meio ambiente e, pior, a sequência delas também. No Juruena, por se tratar de uma sub-bacia com rios relativamente



Foto: Luís Vinícius Alvarenga/OPAN

A necessidade de levantar mais informações sobre os aspectos arqueológico e mítico dos povos do Juruena foi motivo de expedições realizadas em 2017 visando um incremento no status de proteção do patrimônio material e imaterial dos indígenas. Esta vem se consolidando uma importante linha de ação da OPAN no âmbito do Programa de Direitos Indígenas e do Programa Mato Grosso. Nesse contexto, e realizando expedições fluviais pelo Juruena, nos aproximamos mais do povo Apiaká, que recentemente abriu uma nova aldeia próxima ao majestoso Salto Augusto, em território indígena reconhecido e sobreposto pelo Parque Nacional do Juruena, o que representa novos desafios.



Foto: Rede Juruena Vivo

Representantes da Rede Juruena Vivo realizaram a mobilização e participaram ativamente da audiência pública da PCH Sacre 14 em Brasnorte (MT), denunciando a falta de instrumentos de planejamento, análise de impactos cumulativos e violações ao direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas.

estreitos e caudalosos, dois terços dos empreendimentos são micro ou pequenas usinas, e um terço grandes hidrelétricas. O conjunto soma cerca de 10 mil MW de potência – praticamente uma Belo Monte!

Como podemos ver, é baixa a transparência quanto ao real cenário para implementação de empreendimentos de infraestrutura no Juruena. Se é difícil para a compreensão da sociedade civil, também o é para o poder público, que parece brincar de olhos vendados com o destino das águas e dos povos dessa região.

Embora há mais de 30 anos a legislação brasileira exija análises de impacto cumulativo e efeitos sinérgicos para os estudos de impacto ambiental, a tomada de decisão sobre a viabilidade ou não dos empreendimentos não leva em consideração o contexto da bacia hidrográfica. No caso do Juruena, os estudos oficiais disponíveis são unânimes em reconhecer a grande lacuna de informações sobre as dinâmicas ecossistêmicas, em especial quanto aos impactos sobre os peixes, decorrentes de qualquer intervenção proposta. As implicações dessas ameaças ao patrimônio arqueológico e cultural dos povos indígenas também passam ao largo dos licenciamentos ambientais, cujas autorizações consideram, na



Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Indígenas, profissionais da canoagem, organizações da sociedade civil e imprensa participam de expedição a remo pelo rio Buriti, numa emocionante oportunidade de reflexão sobre os usos múltiplos dos rios na sub-bacia do Juruena.

maioria das vezes, os estudos sobre os povos indígenas como meros apêndices que têm reflexo prático apenas sobre o que, materialmente, cada comunidade poderá ganhar em troca. As análises sobre as implicações ao modo de vida dessas populações, quando feitas, costumam ser deixadas de lado.

Mesmo em uma região em que a maioria dos empreendimentos está em fase de planejamento – mas onde o avassalador movimento do agronegócio ameaça populações e territórios

nos últimos 40 anos – os projetos que avançam ignoram o direito de consulta e consentimento livre, prévio e informado, garantido constitucionalmente aos povos indígenas e populações tradicionais. Atropelam também tempos e espaços que deviam ser ocupados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na manifestação sobre os milhares de processos de licenciamento de empreendimentos que entopem as mesas dos poucos servidores do órgão. Soma-se a isso a inexistência de instân-

cias de controle social e planejamento territorial no Juruena, como conselhos municipais de meio ambiente atuantes e engajados, ou comitês de bacia hidrográfica, que permitiriam uma participação democrática e diversificada no processo de tomada de decisão sobre o que queremos para o Juruena. E como queremos. Isso torna os processos decisórios não só obscuros, mas monocráticos e nada representativos da vontade daqueles que vivem na região. Foi essa vontade de contribuir positivamente neste cenário que fez surgir a Rede Juruena Vivo.

Empreendimentos de infraestrutura, aliados aos impactos silenciados e envenenados das monoculturas, além da precariedade no acesso a serviços públicos de qualidade e morosidade na garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas, fazem do recorte geográfico definido pelo Programa de Direitos Indígenas um espaço estratégico, completo, complexo e exemplar de lutas e bandeiras que tremulam em todo o país. O exercício de acompanhar e contribuir para o fortalecimento das comunidades e dos movimentos indígenas no Juruena inspira novas experiências Brasil afora e é por isso que fincamos nossa atuação nessa tão bela e extraordinária região.

Reformando opiniões

APESAR DE TANTA BELEZA, de rios de água cristalina, matas exuberantes, povos apaixonantes, culturas pulsantes e roteiros dignos de elevar o Juruena ao topo entre os locais com maior potencial para esportes de aventura no Brasil, a visão utilitarista e predatória dos recursos naturais esconde essa tão complexa teia de sentidos. Por isso, em 2017, nos esforçamos para dar visibilidade às iniciativas indígenas contidas nos planos de gestão territorial vinculadas a alternativas econômicas e uso múltiplo dos rios, convidando repórteres da revista Go Outside, da TV Cultura e recebendo outras tantas demandas de agências de notícias para conhecerem mais de perto essas experiências. E para ajudarem a espalhá-las, o que não costuma ser fácil.

Na expectativa de superar as barreiras da imprensa e sensibilizar formadores de opinião para as pautas socioambientais, a OPAN realizou um diagnóstico dos profissionais de comunicação de Mato Grosso, contribuindo também com análises para futuras estratégias de incidência sobre este importante segmento social. Este trabalho foi fortalecido com a participação de diversas organizações filiadas ao Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente



Foto: Maria Paula Fernandes/Uma Gota no Oceano

A estratégia de levar não só formadores de opinião, mas parceiros ou potenciais aliados às causas indígenas para viagens a campo renderam novas e importantes alianças para o Programa de Direitos Indígenas. A aproximação entre esses diferentes mundos deu ainda mais propriedade a relações com Fastenopfer, Uma Gota no Oceano e World Resources Institute (WRI).



Foto: MPF

Em setembro de 2017, representantes dos povos Manoki e Myky estiveram em Brasília para acompanhar de perto a tramitação de processos relativos ao direito à ocupação tradicional de seus territórios. Ambas as áreas encontram-se ameaçadas pela invasão desenfreada de madeireiros, latifundiários e por um esquema ilegal de loteamento. No caso da Terra Indígena Manoki, duas vitórias importantes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) animaram os indígenas em 2017, que seguem fortalecidos em suas estratégias de incidência política e vigilância.

e Desenvolvimento (Formad) e indicou que uma das estratégias mais interessantes para a sensibilização da imprensa é justamente proporcionar vivências a esses profissionais.

Além da participação ativa em reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Consema) e na Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (CZSEE), em 2017 a OPAN marcou presença em eventos públicos, mesas de discussão e articulações interinstitucionais. Apoiamos, em especial, uma iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) que visava contribuir com a sensibilização do poder judiciário em Mato Grosso, por meio da realização de um debate de alto nível entre juízes e representantes dos povos indígenas, no mês de abril. Ao longo de todo o ano, aliás, nos aproximamos e nos alinhamos à atuação do MPF, apoiando-os tecnicamente naquilo que esteve ao nosso alcance.

Incidência política e jurídica

ESTA É UMA LINHA DE AÇÃO que vem se fortalecendo ano a ano dentro do Programa de Direitos Indígenas. Ganhamos em qualidade no acompanhamento de processos administrativos e jurídicos envolvendo direitos indígenas nas áreas de atuação da OPAN, bem como ampliamos nosso monitoramento de projetos que ameaçam os povos indígenas. Numa cada vez mais azeitada parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV) e com a International Rivers e, ainda, com trabalhos em conjunto com a Conservação Estratégica (CSF-Brasil), estamos consolidando uma rede de instituições que atuam de forma colaborativa cobrindo as duas principais sub-bacias do Tapajós: a do Juruena e do Teles Pires. Em 2017, fomos a campo e apoiamos a CSF na realização do estudo “Análise de custo-benefício da construção da UHE Castanheira”, que resultou em relevantes subsídios para a tomada de decisão e a informação pública sobre o que seria o maior empreendimento hidrelétrico da sub-bacia do Juruena até agora: inviável economicamente, do ponto de vista socioambiental e dos impactos aos povos indígenas.

Essa maior clareza por parte tanto dos indígenas como de outras comunidades, urbanas e rurais, quanto à necessidade de participação em processos decisórios que interferem em seu bem-estar vem se refletindo na adesão e popularidade dos grandes encontros da Rede Juruena Vivo, a cada ano em uma localidade diferente da sub-bacia do Juruena. Em 2017, por iniciativa e engajamento do povo Rikbaktsa, o IV Festival Juruena Vivo aconteceu na aldeia Primavera, às margens do rio Juruena, como no primeiro festival, de 2014. Cerca de 500 pessoas, em sua maioria indígenas, de 12 etnias, além de representantes de organizações da sociedade civil, reforçaram a aliança em torno desta rede e se dedicaram a pensar juntos em formas de aprimorar sua organicidade e governança daqui para frente. A rede avançou ao estabelecer uma secretaria executiva com três membros e pontos focais respon-

sáveis por multiplicar informações nas diversas comunidades do Juruena.

Outro momento emocionante foi a acolhida dos povos do Juruena aos Tapayuna. Retirados de seu território tradicional, entre os rios Sangue e Arinos, no ano de 1970, e levados para Parque Indígena do Xingu, os Tapayuna organizaram-se para garantir seu retorno à terra de onde eles nunca quiseram sair. Em 1976, o governo militar revogou o decreto de criação da então Reserva Indígena Tapayuna e deixou caminho livre para as frentes colonizadoras do norte de Mato Grosso, que abriram pastagens, lavouras, estradas e cidades. Este território, que ainda apresenta importantes áreas de mata preservada, vem sendo requerido de volta pelo seu povo e, recentemente, uma recomendação pela interdição de seu território foi expedida pelo MPF à Funai. Solidária a esta luta, a Rede Juruena Vivo apoiou os Tapayuna na busca pelo respeito aos seus direitos.



Foto: Giovanni Vera/OPAN

Participantes da Rede Juruena Vivo discutem impactos das hidrelétricas, aprimoram conhecimentos sobre direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado com equipe de advogados e redigem documento exigindo respeito em processos de tomada de decisão que atingem suas vidas.



Katukina preparando farinha na aldeia Bacuri, TI Rio Biá (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Fortalecendo ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

EM 2017, A OPAN INICIOU UM TRABALHO DE FORMAÇÃO na perspectiva de contribuir para a qualificação do protagonismo e autonomia de associações indígenas de Mato Grosso por meio da capacitação de seus representantes na concepção e gestão de projetos. De acordo com dados da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), constituída em junho de 2016, existem no estado aproximadamente 270 organizações indígenas, nas mais diferentes situações legais e de funcionamento. Dez delas estão associadas à federação. Dessas, a OPAN selecionou, além da Fepoimt, a Organização de Mulheres Indígenas Takiná, a Associação Indígena Kolimace, da Terra Indígena Pirineus de Souza, a Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik) e o Instituto Krehawa, do povo Karajá. Em cinco módulos presenciais, o curso de formação versa sobre os temas de associativismo e regularização institucional, ges-



Representantes das associações participantes do curso de formação em projetos. Foto: Dafne Spolti/OPAN

tão de projetos (elaboração, execução, prestação de contas, captação de recursos), direitos indígenas e política indigenista, totalizando 120 horas de capacitação. Os participantes cumprem tarefas inter-módulos com o objetivo de fixar os conteúdos e realizar etapas devolutivas para suas bases e têm observado avanços concretos na gestão e regularização de suas associações, bem como a implementação de processos efetivos de acompanhamento das comunidades sobre os rumos deste tipo de representação.

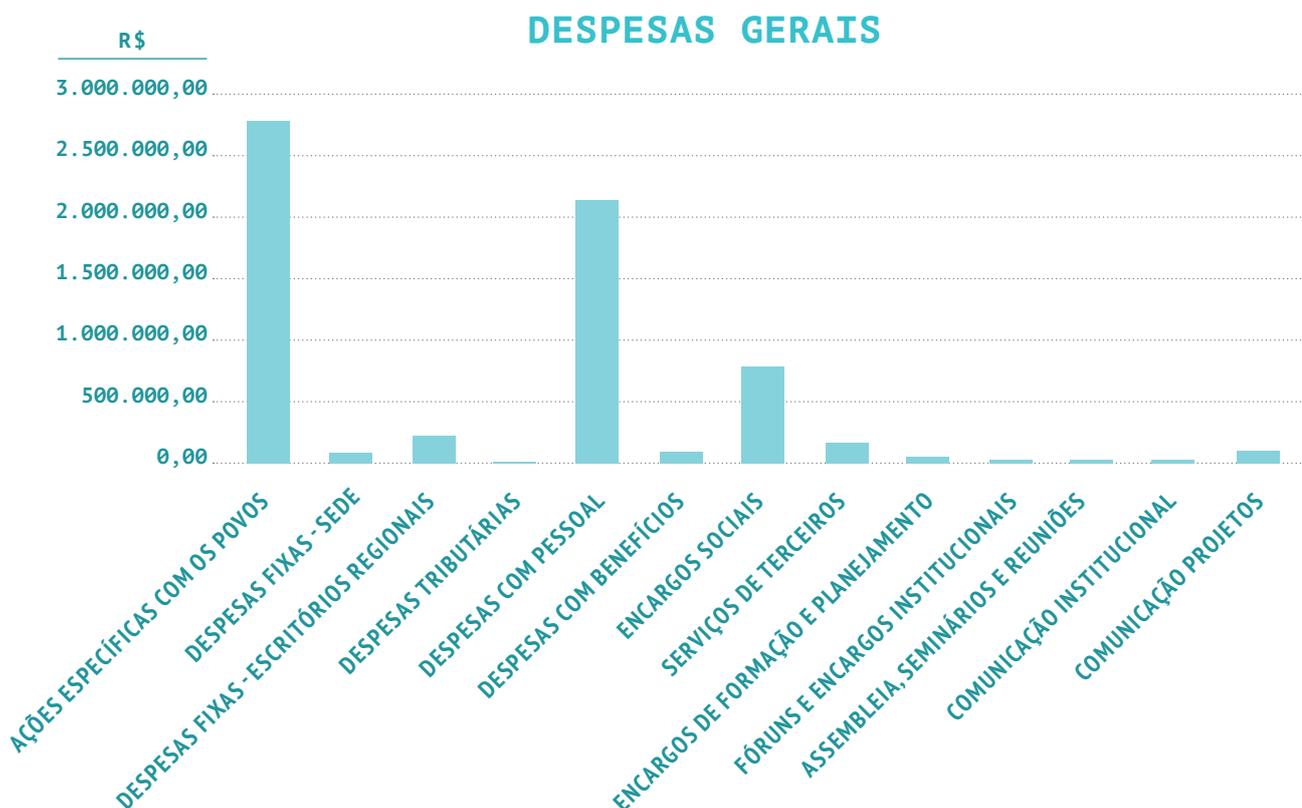
TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

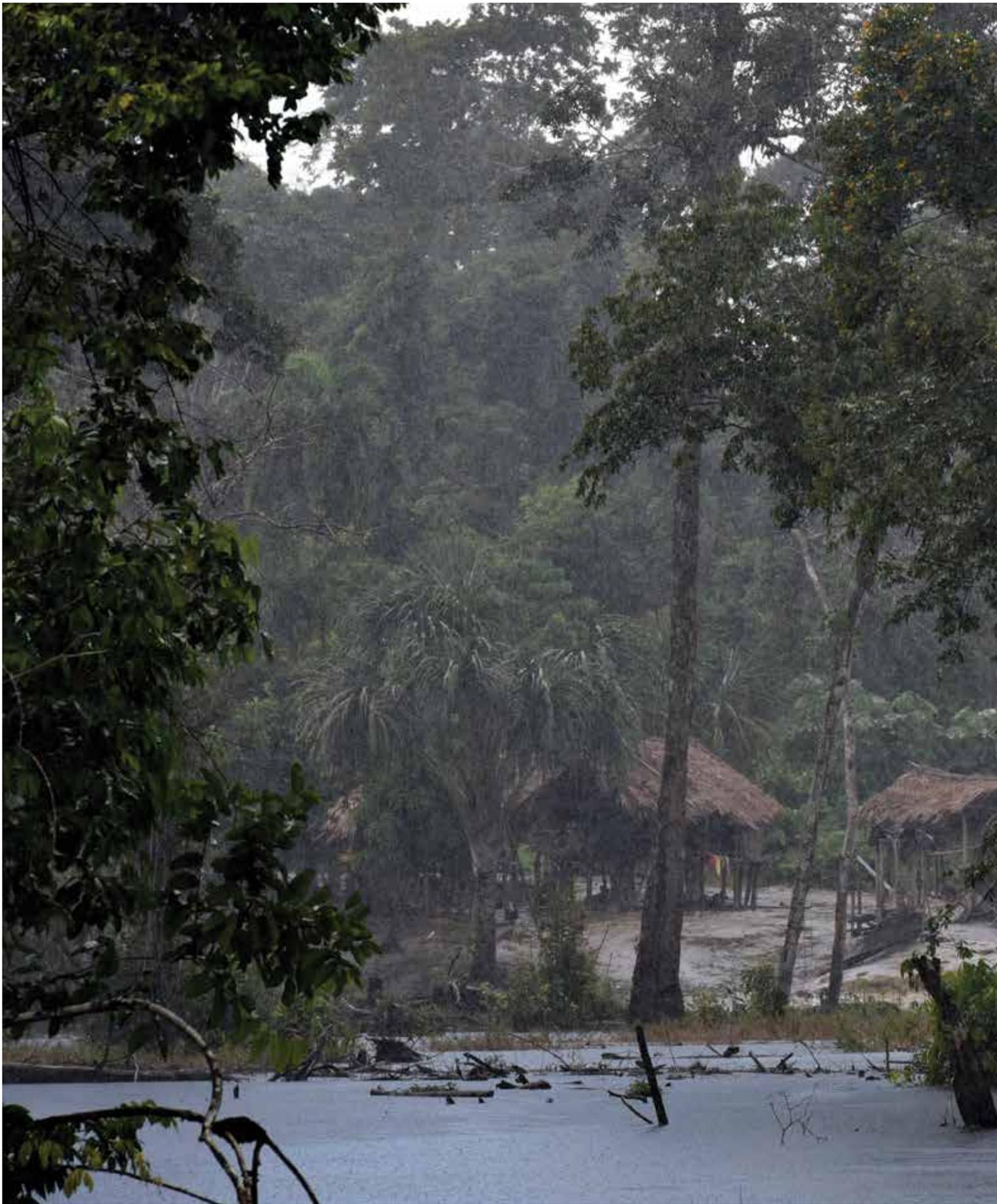
As ações realizadas pela OPAN estão diretamente vinculadas à atuação de seus programas: Amazonas, Mato Grosso e de Direitos Indígenas. Paralelamente, em 2017 ocorreram ações específicas e transversais relativas ao fortalecimento das organizações indígenas e ao fortalecimento institucional. Contamos com diversas fontes de apoio externo, internacionais, nacionais e públicas. Os recursos financeiros foram investidos em despesas fixas, serviços de terceiros, atividades específicas, contratação de

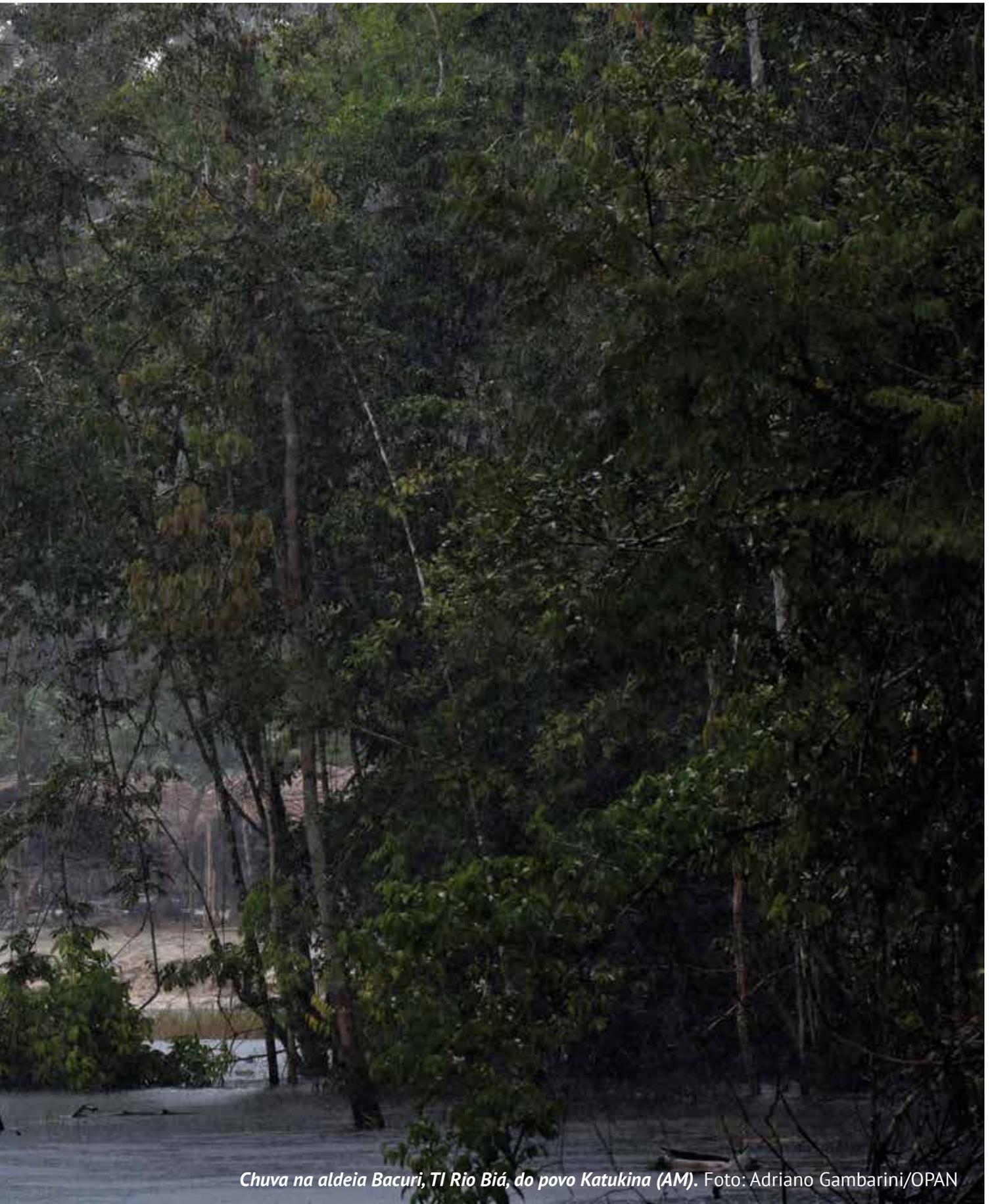
peçoal, formações, gestão de projetos, infraestrutura, assembleias, reuniões e mobilizações.

Estamos evoluindo gradativamente nos controles internos e nas prestações de contas, segundo a avaliação dos auditores, aprimorando nossa forma de administrarmos os recursos investidos nos objetivos institucionais.

Podemos ver no gráfico abaixo que os maiores investimentos são com despesas de pessoal (contratos via CLT) e atividades específicas para os projetos temáticos que realizamos.







Chuva na aldeia Bacuri, TI Rio Biá, do povo Katukina (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Seja um doador

A OPAN desenvolve seus projetos em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente graças à contribuição de pessoas e instituições.

Apoie você também!

DADOS BANCÁRIOS

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
CNPJ 93.017.325/0001-68

IBAN
BR9500000000033250000218081C1

BANCO DO BRASIL
Agência: 3325-1
Conta corrente: 21.808-1

SWIFT
BRASBRRJCTA

Equipe OPAN 2017

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Rinaldo Sergio Vieira Arruda

Secretário

Vanessa Caldeira (até junho 2017)

Tesoureiro

Marcelo Carlos Moreira

CONSELHO FISCAL

Fabiano Rodrigues da Matta

Luana Fowler Fatori

Rosa Maria Monteiro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Vinicius Benites Alves

Coordenadora financeira

Rochele Fiorini

SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Ariane Proença Alves Chagas

Lucirlene Pereira da Silveira

Luiz Antonio Maciel Rocha

Jonia Teresinha Fank

Juliana Vieira da Silva

Mariana Ferreira da Silva

(menor aprendiz)

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Dafne Spolti

Giovanny Vera

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Equipe

Victor Amaral Costa

Ricardo da Costa Carvalho

Adrielle Fernanda Andrade Précoma

PROGRAMA AMAZONAS

Coordenador

Gustavo Falsetti V. Silveira

Região Juruá-Solimões

Coordenador de campo

Leonardo Pereira Kurihara

Indigenistas

Edemar Treuherz

Renato Rodrigues Rocha

Tarsila dos Reis Menezes

Rodrigo Tawada

Antonio Miranda de Andrade Neto

Auxiliares de logística

Antonio das Chagas de Paula

Evaldo Costa Ferreira

Região Purus

Indigenistas

Diogo Henrique Giroto

Magno Lima dos Santos

Auxiliares de logística

Carlos Rodrigues Araujo

Francisco Pinheiro de Souza

PROGRAMA MATO GROSSO

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadora de campo

Luciana Rebellato

Coordenadores de projetos

Fabiano Rodrigues da Matta

Maria Dolores Campos

Região Juruena

Indigenistas

Catiúscia Custódio de Souza

Lucinaldo Soares Gomes

Rodrigo Ferreira Barros

Sandra Helena Maia

Comunicadora Articulação

Xingu Araguaia

Liebe Lima

Região Araguaia

Indigenistas

Gabriel Ulian

Elizabete Carolina Pinheiro Zaratim

Alexandre de Sousa Monteiro

Marcelo Sanches Okimoto

Expediente

EDIÇÃO E REVISÃO

Andreia Fanzeres, Giovanni Vera e Ivar Busatto

FOTO DA CAPA

Marcelo Okimoto/OPAN

PROJETO GRÁFICO

Olivia Ferraz

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Cuiabá: Avenida Ipiranga, 97 – Goiabeiras • Cuiabá-MT • CEP 78032-035 • +55 (65) 3322-2980

Lábrea: Avenida 22 de Outubro, 1759 – Centro • Lábrea-AM • CEP 69830-000 • +55 (97) 3331-1737

 facebook.com/amazonianativa

 Twitter: @amazonianativa

comunicacao@amazonianativa.org.br • www.amazonianativa.org.br

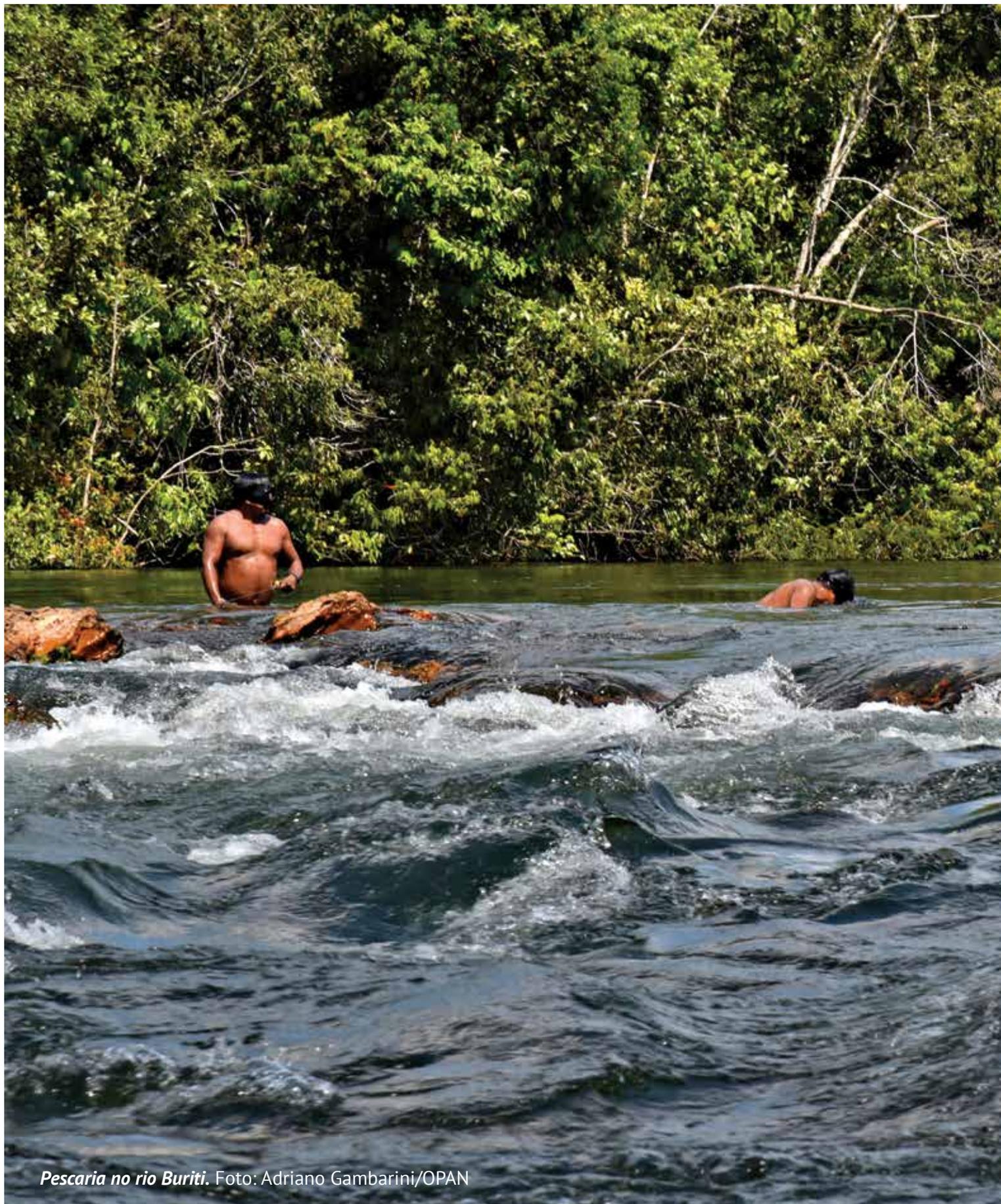
Apoiadores



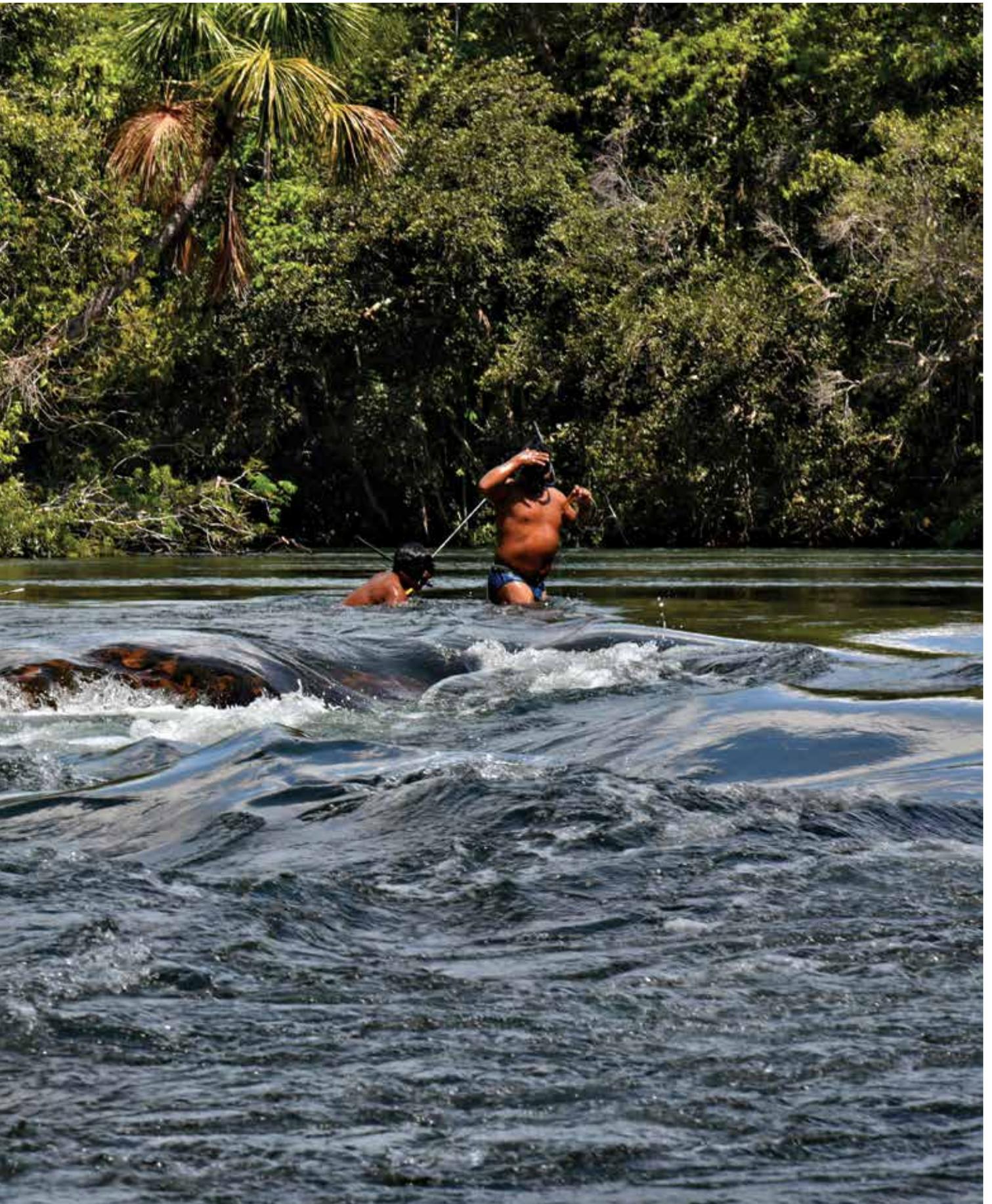


*Utensílios e açaí
dos Katukina da
aldeia Sororoca,
Terra Indígena Rio Biá.*

Fotos: Adriano
Gambarini/OPAN



Pescaria no rio Buriti. Foto: Adriano Gambarini/OPAN





OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT – CEP 78032-035

+55 (65) 3322-2980

www.amazonianativa.org.br